

RELATO DE EXPERIÊNCIA: REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA VIVÊNCIA PEDAGÓGICA DAS BRINQUEDOTECAS NA DEFESA DA REFORMA URBANA E DIREITO À CIDADE

Vitória Labres Rodrigues ¹ Robenilson Moura Barreto² Carmen Hannud Carballeda Adsuara ³

INTRODUCÃO

O presente trabalho consiste em um relato de experiência, com análise documental, referente à vivência de um curso de formação de brinquedista realizado na UNITINS, em 2024. O texto aborda a importância da Brinquedoteca, com enfoque em políticas públicas e o direito da criança à cidade, e defende esse como um espaço de atuação do profissional de pedagogia. A Brinquedoteca é um ambiente coletivo que acolhe e promove o desenvolvimento da criança, com um acervo de brinquedos e a mediação do brinquedista; a disponibilização desse dispositivo nas cidades garante o direito à convivência familiar e comunitária- artigo 227 da Constituição Federal. A proposta de curso formativo para brinquedistas surgiu dessa demanda.

É possível que a exclusão das crianças dos espaços sociais afete diretamente um grupo considerável de mães e esteja sendo naturalizado. A brinquedoteca surge como espaço de acolhimento às crianças, sendo um fator de promoção de justiça social igualmente para suas cuidadoras. Assim, o curso de formação de brinquedista teve como objetivo geral formar brinquedistas, mas também de levantar e fortalecer o debate nos meios acadêmicos. A formação contou com três módulos, aos sábados à tarde, contando com duas professoras pesquisadoras da área. O público-alvo foram os acadêmicos do curso de Pedagogia, e membros da Associação de Pais, Profissionais e Amigos de Pessoas Atípicas (Appa) de Araguatins. Com efeito, o curso se mostrou bastante relevante, desvelando olhares para a vivência das crianças no meio urbano e sua relação com as políticas públicas nas cidades.

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Tocantins-UNITINS Araguatins, membro do Grupo Latino-americano de Estudos Históricos e em Educação-GLEHE, vitorialabres@unitins.br.

² Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal do Pará-UFPA, analista educacional da Secretaria Municipal de Educação de Palmas, no Tocantins, robenilsonbarreto@email.com;

³ Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Tocantins-UFPA, Docente da Universidade Estadual do Tocantins-UNITINS Araguatins, pesquisadora do Grupo Latino-americano de Estudos Históricos e em Educação-GLEHE, carmen,hc@unitins.br.



METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Metodologicamente o presente trabalho consiste na análise do relato de experiência de uma das autoras do trabalho com relação à sua vivência no referido Curso de Formação de Brinquedista, juntamente a uma análise documental (Severino, 2007), retratando o curso, realizado na Universidade Estadual do Tocantins- UNITINS Campus Araguatins. Foi analisado o Projeto que embasou a realização dos três módulos, quais sejam: (1) "Brinquedoteca: contexto e conceito", que abordou o ECA, e o Estatuto das Cidades; (2) "Brincar e o desenvolvimento humano", em que foram estudadas as abordagens de Piaget, Vygotsky e Wallon (Taille; Oliveira; Dantas, 1992); (3) "Jogos e Brincadeiras: concepção e criação", sendo um módulo prático.

Todos aconteceram em uma sala de aula, e cada momento foi registrado em diário de campo pela autora, que fez o registro escrito daquilo que ouviu, viu, presenciou, experienciou subjetivamente e refletiu sobre os dados (Bogdan; Biklen, 1994). De forma complementar, trabalhou-se com fonte documental, tanto com o projeto do curso registrado no formulário próprio da instituição, como com matéria jornalística sobre o curso no site da instituição (Barbosa, 2024). Com relação à análise de dados, o trabalho está embasado no materialismo histórico-dialético (Tuleski; Chaves; Leite, 2016), que pressupõe que as relações sociais do modo de produção capitalista organizam as relações sociais humanas interpessoais, direcionando o olhar crítico por meio da categoria da contradição. Uma pergunta que emergiu, revelando essa contradição social, foi: por que ambientes que recebem crianças todos os dias, a todo o momento, não dispõem de um espaço específico para seu cuidado, desenvolvimento e aprendizagem?

REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com o ECA (Art.4), é direito da criança ser criada no seio de sua família, assegurada com a vivência comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. Segundo Santos (1995), as leis determinam o brincar como direito fundamental à criança, no entanto, isso tem sido minimizado devido às contradições do processo de urbanização, de modo que as cidades têm crescido sem o acompanhamento das políticas públicas. Conforme o ECA (Art. 59), os municípios com o apoio dos estados e da União devem estimular e facilitar a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância, o que, ao menos nos interiores da região Norte, parece algo raro diante da



ausência ou fragilidade na disponibilidade de tais dispositivos sociais. Desnaturalizar a ausência desse espaço, permite refletir as desigualdades na vida urbana no contexto das infâncias. A brinquedoteca possui esse potencial de se constituir como espaço educativo não formal que amplia o convívio social a partir do brincar, se configurando como um território existencial para as diferentes subjetividades infantis. No compartilhamento da experiência do brincar coletivo, a brinquedista possibilita que elas deixem suas marcas e reorganizem o espaço, que se constitui em um **espaço das crianças** na cidade, e, na sua materialidade, permite um itinerário de brincadeiras (Padini-Siliano; Valença, 2017). Portanto, a partir dessa perspectiva, se faz importante que seja possibilitado que as crianças participem autenticamente da construção das brinquedotecas e das cidades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Qualitativamente, é possível dizer que há trabalhos significativos sobre direito da criança à cidade, ou direito à cidade e infâncias, bem como produções sobre brinquedotecas, ficando a demanda da produção de dados quantitativos para próximos estudos e pesquisas. Também são necessários mais trabalhos que investiguem a relação entre ambos, frisando esse entrecruzamento: direito à cidade e brinquedotecas, a fim de corroborar para a construção de políticas públicas. Durante a discussão da temática do primeiro módulo do curso, surgiu a seguinte pergunta por parte da estudante autora deste trabalho: "as cidades em seu crescente desenvolvimento urbano, têm pensado em ambientes, voltados à infância, como direito da criança?". É importante evidenciar que no Estado do Tocantins, por exemplo, apenas nove brinquedotecas estão cadastradas na Associação Brasileira de Brinquedotecas (ABBri), sendo a maioria na capital do Estado (Palmas).

Outra questão levantada pela estudante foi: "e as crianças das demais cidades tocantinenses?". Apesar de habitar na cidade, estudar na cidade, a estudante relatou pouco conhecimento sobre o direito à cidade e, de modo geral, a turma não soube dizer do que se tratava o referido Estatuto da Cidade. A discussão implicou na responsabilização coletiva no cuidado com as crianças, e a ausência desses espaços como reflexo da invisibilidade da criança no cotidiano do meio urbano. A criança como um ser em desenvolvimento é um sujeito capaz de construir sentidos sobre o mundo à medida que participa e se sente pertencente às relações. A possibilidade de criar espaços que promovam vínculos, a interação social e a imaginação e a descoberta, é uma forma de reconhecer o direito das crianças às cidades. Segundo o ECA (Art. 3), a lei assegura, todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, e todas as



oportunidades e facilidades a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. Entre diversos fatores externos que afetam a infância da criança, é importante pensar em espaços físicos que permitam à criança a interação e socialização. Assim, o olhar ampliado e crítico, permite problematizar o que tem sido oferecido às crianças em termos de políticas públicas, conforme os trechos abaixo, provenientes do relato de experiência:

No decorrer dos três dias de curso ministrado pela professora de psicologia Carmen Adsuara, pude perceber o quão é necessário discutir sobre infância e os direitos da criança, uma temática pouco dialogada no âmbito social, durante a realização dos módulos, conhecemos o conceito de brinquedoteca, sua importância e o que é brinquedista. (...) No último módulo, mediado por a professora de pedagogia Amanda Miranda, pude desfrutar de jogos e brincadeiras em grupo, juntamente com acadêmicos da comunidade universitária e comunidade externa (APPA de Araguatins). (...) Diante deste leque de conhecimentos, a partir da experiência manifestou-se o interesse de relatar sobre a prática, à qual serviu como base para a escrita deste relato. Além disso, o curso trouxe novos caminhos e perspectivas para atuação do pedagogo, contribuindo para o fortalecimento da prática pedagógica, e valorização do lúdico. (Relato de Vitória Labres, 2025).

Por fim, os debates afetaram de tal forma, evidenciando a produção de sentido e a relevância da síntese dialética aqui apresentada, enquanto fruto da transformação do pensamento da acadêmica ao longo do processo e de sua relação com a realidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo relatar uma experiência de participação em curso de formação de brinquedista, juntamente com a análise de seu projeto enquanto um documento que faz parte do dado de bastidor da experiência vivida, e, com isso, refletir sobre diferentes temáticas trabalhadas nos módulos do curso, realizado na UNITINS Araguatins, Tocantins. Por meio de um estudo teórico e prático, a estudante participante do curso pôde tecer inúmeras indagações e desnaturalizar a presença da criança nas cidades, percebendo possibilidades de participação social e de construção de políticas públicas. Foi uma formação que possibilitou, portanto, uma formação intelectual sobre brinquedotecas nas cidades, em prol da capacitar brinquedistas, mas também uma formação cidadã, a partir do contato com legislações antes desconhecidas, como o Estatuto das Cidades.

Por último, vale dizer que a atuação do pedagogo e a ampliação dos serviços nas políticas públicas, no campo das infâncias, precisa e pode ser ampliada, por meio de produções científicas e da parceria entre Estado, Universidade e movimentos populares, de modo que



próximos estudos qualitativos e quantitativos são bem-vindos nessa corresponsabilização social pela dignidade humana e justiça social para as crianças, principalmente da classe trabalhadora do país: brinquedoteca tem que ser política pública para garantir o direito da criança à cidade, e a pedagogia e áreas afins podem contribuir para essa conquista social.

Palavras-chave: Brinquedoteca, Formação pedagógica, Direito a Cidade, Reforma urbana, Desenvolvimento urbano.

REFERÊNCIAS

BRASIL. <u>Lei n°8.069</u>, <u>de 13 de julho de 1990</u>. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Brasília, DF, 169° da Independência e 102° da República, 2016. Disponível em: <u>L8069</u>. Acesso em: 26 set. 2025.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. Investigação qualitativa em educação. Porto Editora, 1994

GOBBI, M A et al. AS CRIANÇAS E O DIREITO À CIDADE: REFLEXÕES SOBRE O INADIÁVEL. In: ____ (org.). O direito das crianças à cidade: perspectivas desde o Brasil e Portugal. São Paulo: FEUSP, 2022.

PADINI-SILIANO, L.; VALENÇA, V. L. C. O ESPAÇO DA BRINQUEDOTECA E A PRODUÇÃO DE SENTIDOS ENTRE CRIANÇAS. **Revista Teias**, v. 18, n. 48, jan.-Mar., 2017.

SANTOS, Santa Marli Pires dos, et al. **Brinquedoteca: sucata vira brinquedo. Porto Alegre: Artmed**, p. 9, 1995.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev., e atual. – São Paulo: Cortez, 2007

TAILLE, Y; OLIVEIRA, M. K.; DANTAS, H. **Piaget, Vygotsky e Wallon** - teorias psicogenéticas em discussão. Summus Editorial. São Paulo, 1992.

TULESKI, S. C.; CHAVES, M.; LEITE, H. A. Materialismo histórico-dialético como fundamento da psicologia histórico-cultural: método e metodologia de pesquisa. **Psicol. Esc. Educ.**, 2016.